

Guilherme Athayde Porto

**O DIREITO DE NAO
PRODUZIR PROVA
CONTRA SI
A Prova Desabonatória**

2021



EDITORA
JusPODIVM

www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

1198793

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: Equipe JusPODIVM

Capa: Ana Caquetti

P853d Porto, Guilherme Athayde.

O Direito de Não Produzir Prova Contra Si - A Prova Desabonatória / Guilherme Athayde Porto – São Paulo: Editora JusPodivm, 2021.

304 p.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5680-578-8

1. Direito Processual. 2. Provas. I. Porto, Guilherme Athayde. II. Título.

CDD 341.4

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

Capítulo 1

INTRODUÇÃO.....	19
-----------------	----

Capítulo 2

A DIVISÃO DE TAREFAS ENTRE PARTES E JUIZ NO MODELO DE PROCESSO CIVIL CONTEMPORÂNEO	23
2.1 Sobre o modelo de processo civil contemporâneo. Considerações iniciais	23
2.2 Sobre o princípio dispositivo.....	61
2.2.1 Do conteúdo do princípio dispositivo – apontamentos iniciais.....	61
2.2.2 Fundamentos axiológicos.....	73
2.2.3 O princípio dispositivo como projeção do direito fundamental à liberdade.....	81
2.3 O modelo cooperativo do processo civil.....	88
2.3.1 Conteúdo da exigência de colaboração no processo civil.....	94
2.3.2 Fundamentos axiológicos.....	102
2.3.3 A colaboração no processo civil como projeção do direito fundamental ao contraditório.....	110
2.4 Conclusões parciais.....	121

Capítulo 3

A ATIVIDADE DE INSTRUÇÃO NO CONTEXTO DO PROCESSO CIVIL CONTEMPORÂNEO	123
3.1 Prova: conceito e finalidade.....	123
3.2 Das relações entre prova e verdade.....	132
3.3 Direito fundamental à prova: conteúdo e alcance	153
3.4 As partes e a produção de provas no processo civil contemporâneo.....	165
3.4.1 Produção de provas pelas partes e ônus da prova.....	165
3.4.2 Produção de provas pelas partes e preclusão	184
3.4.3 Produção de provas pelas partes e princípio da comunhão da prova.....	193
3.5 Poderes instrutórios do juiz no processo civil contemporâneo.....	199

Capítulo 4

DISCUTINDO A IMPOSIÇÃO PELO JUIZ ÀS PARTES DE PRODUÇÃO DE PROVAS DESABONATÓRIAS NO PROCESSO CIVIL CONTEMPORÂNEO, SOB A ÓTICA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS PROCESSUAIS	211
4.1 Razões que militam em favor da possibilidade da prática de atos pelo juiz com vistas à imposição de produção de provas desabonatórias pelas partes no processo civil, sob a ótica dos direitos fundamentais processuais.....	213
4.2 O direito fundamental à prova e o compromisso com a descoberta da verdade.....	219
4.3 Razões que militam em favor da impossibilidade da prática de atos pelo juiz com vistas à imposição de produção de provas desabonatórias às partes no processo civil, sob a ótica dos direitos fundamentais processuais.....	224
4.3.1 A relação entre prova e liberdade.....	241
4.3.2 As consequências decorrentes da prática de atos pelo juiz com vistas à imposição de produção de provas desabonatórias pelas partes no processo civil, sob a ótica dos direitos fundamentais processuais....	255
4.3.2.1 A prova desabonatória como espécie do gênero prova ilícita	261
4.3.2.2 A prova desabonatória e a formação do convencimento jurisdicional	271

Capítulo 5

CONCLUSÕES.....	279
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	283